



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**GTOC/PGR N. /2024**

**Petição n. 11.972/DF - Eletrônico**

Relator(a) : Ministro Dias Toffoli

Requerente : Novonor S.A.

Excelentíssimo Senhor Ministro Dias Toffoli:

O Procurador-Geral da República, nos autos do processo em epígrafe, com fundamento no art. 39 da Lei n. 8.038/90 e art. 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, apresenta, respeitosamente,

**AGRAVO INTERNO**

contra a decisão monocrática proferida em 1.2.2024, que deferiu o pedido de extensão formulado pela pessoa jurídica Novonor S.A. nos itens i, ii e iii. Pede a reconsideração do decisório ou, isso não ocorrendo, que o recurso seja apresentado à deliberação do Plenário do Supremo Tribunal Federal, dada a similitude das questões em debate com o objeto da ADPF 1051, bem como pela relevância singular do tema.

Brasília, 15 de fevereiro de 2024.

Paulo Gonet Branco  
Procurador-Geral da República

O pedido da Novonor e a decisão tomada

Novonor S.A., atual denominação da empresa Odebrecht, peticionou ao eminente Ministro relator pretendendo medidas orientadas a rever acordo de leniência que celebrou, em 1º.12.2016, com membros da força-tarefa da Lava-Jato, integrantes da Procuradoria da República no Paraná.

Disse que, entre 2014 e 2016, diretores e empregados ligados ao grupo empresarial estiveram sob o peso de medidas agressivas tomadas no âmbito das investigações da Operação Lava Jato. Sustentou que a celebração do seu acordo de leniência ocorreu sob condições de anormalidade do ponto de vista político-jurídico-institucional, mencionando que o Ministério Público na primeira instância e magistrado de primeiro grau teriam adotado estratégias judiciais e de exposição midiática com o objetivo de pressioná-la a concordar com a celebração do negócio. Referiu-se ao Apêndice 5 do Acordo de Leniência que assinou, ressaltando que apresenta valor global estimado, à época, em R\$ 8,512 bilhões, que lhe incumbe saldar ao longo de 23 anos. Relatou dificuldades financeiras posteriores, que resultaram em pedido de recuperação judicial. Anotou que, em 9.7.2018, celebrou acordo de leniência com a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, em que se definiu que a parcela indenizatória devida à União seria de R\$ 2,727 bilhões, a serem pagos em 22 anos, com o abatimento do que venha a ser pago em função do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal.

Afinal, pediu, a título de extensão do que foi decidido em 19.12.2023, nos autos da Petição n. 11.972, em benefício da J&F Investimentos S.A., que lhe fosse franqueado acesso integral ao material colhido na Operação Spoofing, bem como a suspensão de todas as obrigações pecuniárias decorrentes do acordo de leniência até completa análise desses dados. Pediu também autorização para promover, perante a Procuradoria-Geral da República, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, a reavaliação dos termos dos acordos, corrigindo o que tiver como ilicitudes e abusos (fls. 503/540).

Os pedidos foram assim deduzidos:

“114. Dada a absoluta identidade dos episódios que afligiram a J&F e a Novonor, em especial o contexto de ilegalidades que instruiu as investigações e processos instaurados em seu desfavor, é certo que a r. decisão proferida nesta Petição nº 11.972 deve ter os seus efeitos estendidos à Requerente, uma vez que ela também teve a sua voluntariedade comprometida por ocasião das tratativas que resultaram no seu Acordo de Leniência com o D. MPF.

115. O deferimento do Pedido de Extensão ora formulado, ademais, encontra a sua urgência nas graves dificuldades financeiras por que tem passado a Requerente, as quais inviabilizam o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias originalmente pactuadas e, fatalmente, poderão comprometer a sua própria sobrevivência financeira.

116. À vista disso tudo, requer-se que:

- (i) Seja franqueado à Requerente o acesso integral ao material colhido na Operação Spoofing;
- (ii) Sejam suspensas todas as obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência entabulado entre a Requerente e o MPF até que a Novonor consiga analisar todo o material relacionado à Operação Spoofing, de modo que possam ser empregadas as providências devidas

frente às fundadas suspeitas de vício na celebração das referidas avenças, decorrente de atos praticados por autoridades envolvidas na sua negociação e execução; e

(iii) Seja autorizado à Requerente promover, perante a Procuradoria-Geral da República, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, a reavaliação dos termos dos Acordos de Leniência entabulados, possibilitando-se a correção das ilicitudes e dos abusos identificados.”

O eminente Ministro relator deferiu o pedido de acesso ao material colhido na Operação Spoofing e determinou a paralisação dos pagamentos decorrentes das obrigações patrimoniais do acordo de leniência até melhor análise dos dados ali constantes. Autorizou, ainda, a *“Requerente promover, perante a Procuradoria-Geral da República, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, a reavaliação dos termos dos Acordos de Leniência entabulados, possibilitando-se a correção das ilicitudes e dos abusos identificados”*.

O eminente Ministro expediu ofício cientificando o Ministério Público Federal da decisão em 5.2.2024.

#### Importância do tema

A respeitável decisão agravada suspendeu o pagamento de toda parcela da obrigação da ordem de bilhões de reais assumida pela Odebrecht e por tempo indeterminado. A expressão pecuniária da decisão, por si mesma, é de expressiva magnitude. Além disso, o efeito prospectivo da deliberação também enfatiza a relevância do tema. A decisão, pelo seu efeito de espelhamento futuro, e tendo em vista os tantos acordos de leniência e de colaboração já celebrados e homologados, é apta para afetar previsões

orçamentárias de órgãos do Poder Público e a sua capacidade financeira de concluir metas de ação.

A propósito, o sítio eletrônico do Ministério Público Federal<sup>1</sup> informa que a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (especializada no combate à corrupção) concluiu a homologação de 50 acordos de leniência, que totalizam a pactuação de R\$ 24.717.426.871,94 (vinte e quatro bilhões, setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e quatro centavos). Dentre esses, 27 Acordos de Leniência foram celebrados pela Força-Tarefa Lava-Jato.

Sobre a falta de pertinência do pedido com a decisão na Rcl n. 43.007/DF: (a) requisitos formais para que haja extensão de decisão em reclamação

O pedido sob exame está encartado no contexto da Rcl n. 43.007/DF. Para que um pedido de extensão nesse contexto processual seja viável é de rigor que se demonstre a *adstringência* da postulação com o objeto da reclamação. É o objeto da reclamação que conforma os limites do tema passível de discussão no mesmo processo.

Nem poderia ser de outra forma. A reclamação, quando tem por finalidade a garantia da autoridade de decisão do STF desrespeitada em concreto, não serve senão para que a ordem da Corte seja cumprida. Não se presta para que ordens de conteúdo diversos venham a ser expedidas a partir de

---

<sup>1</sup> <https://apps.mpf.mp.br/apps/f?p=131:8>

outros fatos que não foram analisados na decisão da Suprema Corte que se diz, na reclamação, não haver sido obedecida.

Mesmo quando se trata de desrespeito a súmula vinculante, a admissibilidade da reclamação exige adstringência de fatos à estrita inteligência nela cristalizada. Cada caso de desrespeito a súmula há de ser exposto e analisado autonomamente, em processos próprios, submetidos à livre distribuição entre os eminentes integrantes do Tribunal.

Enfim, se o que se deseja é analisar uma outra irregularidade, além daquela que ensejou o pedido de reclamação original por outro autor, mesmo que a suposta irregularidade tenha a participação da mesma autoridade reclamada anteriormente, não haverá como se consentir no pedido de extensão. Estender uma decisão significa repetir a decisão para outra pessoa. Decerto, porém, que não se repete decisão para casos que não sejam iguais. Para casos em que os pedidos são diferentes, não cabe repetir ou estender a decisão anterior. Em hipóteses assim, o interessado haverá de recorrer a outro meio para se bater pelo que entender ser o seu direito.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica quanto a esse exato sentido lógico-jurídico. Para todo pleito de extensão deduzido por terceiros, relativamente a comando proferido em reclamação, a Corte cobra o que se chama de *aderência estrita* da situação jurídica do peticionário com o quadro definido pelos limites subjetivos e objetivos da lide, objeto do decisório paradigma. Daí este acórdão:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. ART. 1.024, § 3º, DO CPC. RE 785.664/RJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. UTILIZAÇÃO DA VIA RECLAMATÓRIA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Quanto às questões surgidas no contexto da fase de cumprimento de sentença a qual tramitou no Tribunal de origem, em especial sobre a representatividade sindical e o interesse de outras entidades sindicais em obterem as parcelas que eventualmente lhes caibam, trata-se de matéria estranha à controvérsia decidida no bojo do RE 785.664/RJ, não podendo esta Corte decidir além dos limites objetivos e subjetivos da causa originária em reclamação constitucional. **II- É necessário haver aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo da decisão paradigmática desta Corte para que seja admitido o manejo da reclamatória constitucional.** III - **É incabível utilizar a reclamação como sucedâneo recursal,** finalidade incompatível com a destinação que lhe foi atribuída pela Carta Magna, segundo a jurisprudência desta Corte. IV- Agravo a que se nega provimento.<sup>2</sup>

Igualmente valioso para a causa é este outro ensinamento:

É imprescindível que o ato reclamado haja abordado expressamente e sob o ângulo trazido em sede reclamatória o tema versado na referência paradigmática, de modo que não cabe reclamação por omissão. Precedentes. 6. Considerando que o ato reclamado não decidiu sobre o ponto questionado na presente ação reclamatória, revela-se

---

<sup>2</sup> RECLAMAÇÃO n. 26881 ED, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 4.10.2021, DJe21.10.2021. Negrito acrescido.

inadmissível o manejo da reclamação, sob pena de desvirtuamento e indevida expansão do instituto<sup>3</sup>.

Se fosse de outro modo, a reclamação se tornaria instrumento de supressão de instância e de concentração no Tribunal das mais variadas causas que se pudessem relacionar indiretamente com aquela específica em que o STF proferiu uma ordem que não foi cumprida. De novo, cabe lembrar este precedente da Corte:

AGRAVOS REGIMENTAIS NOS PEDIDOS DE EXTENSÃO NA RECLAMAÇÃO. ACESSO AO MATERIAL APREENDIDO PELA POLÍCIA FEDERAL EM PODER DE HACKERS NA OPERAÇÃO SPOOFING. PEDIDOS DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE IMPRESTABILIDADE DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA ODEBRECHT COMO MEIO DE PROVA. COMANDOS DE NATUREZA INTER PARTES E SEM EFEITOS VINCULANTES. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE MATERIAL E DE ADERÊNCIA ESTRITA AOS PARADIGMAS INDICADOS. JULGADOS QUE NÃO POSSUEM EFEITOS ERGA OMNES. REQUERENTES QUE NÃO FIGURAM NA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL PARADIGMA. AGRAVOS REGIMENTAIS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO. I – O deferimento de pedidos de extensão decorre, substancialmente, do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, sendo necessário, primeiro, que tenha havido concurso de agentes e, depois, que a eventual extensão da decisão que beneficia um dos réus não seja fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal. Assim tem entendido a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em casos análogos nestes mesmos autos. II- **Não é cabível o manejo da reclamação constitucional – e,**

---

<sup>3</sup> RECLAMAÇÃO n. 47.660 AgR, rel. a Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 26.4.2022, DJe 16.9.2021.

**mutatis mutandis, de pedidos de extensão - para garantia da autoridade das decisões pretorianas proferidas em processos nos quais os postulantes não integraram a relação processual antecedente, quando delas decorram somente efeitos inter partes.** III - Para que houvesse as extensões requeridas nestes autos seria preciso o ajuste, com exatidão e pertinência, entre a providência que se busca e o paradigma apontado pelos requerentes, o que somente é admitido quando há demonstração, por intermédio de prova documental inequívoca, de absoluta aderência entre o julgado invocado e as decisões recorridas, o que, respeitadas as alegações aduzidas, não é o caso na hipótese. IV - Daí porque **não há falar em afronta aos paradigmas invocados, o que inviabiliza a utilização prematura ou preventiva deste pleito de extensão, que possui requisitos próprios de cabimento, somente quando observado o efetivo descumprimento ou inobservância das decisões judiciais ou súmulas vinculantes desta Suprema Corte. Não se pode ampliar o alcance dos efeitos implementados nestes autos, sob pena de transformar esta via em verdadeiro sucedâneo do recurso, formulando-se pretensões diretamente perante o órgão máximo do Poder Judiciário.** V - Agravos regimentais aos quais se nega provimento.<sup>4</sup>

A necessidade da *adstringência*, enfim, é de comum imposição pelo STF, como também o ilustra decisão na Rcl 31.209, de 26.11.2020, citando e seguindo outros precedentes<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> RECLAMAÇÃO n. 43007 Extn-décima quinta-AgR, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 18.12.2021, DJe25.1.2022. Grifos acrescentados.

<sup>5</sup> Lê-se no decisório: “Assim, considerando que ‘a aderência estrita entre o objeto do ato reclamado e o conteúdo da decisão do STF dotada de efeito vinculante e eficácia erga omnes apontada pelo reclamante é requisito para a admissibilidade da reclamação constitucional’ (Rcl 31769 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 26/10/2018, PUBLIC 09-11-2018 – destacou-se), impõe-se o não conhecimento da reclamação, seja porque ausente a adstringência entre o ato reclamado e as decisões adotadas por essa Suprema Corte nas ADI’s 4.357/DF, 4.425/DF e 5679, seja porque apresentada como sucedâneo ou substituto de recurso

Fixada essa noção básica, passa-se a demonstrar que o requisito da aderência ou adstringência do pleito de extensão em análise com relação às partes, fatos e pedido que individualizam a Rcl 43.007/DF não está atendido, motivo para o indeferimento do pleito.

Sobre a falta de pertinência do pedido de extensão à decisão na Rcl n. 43.007/DF: (b) diferenças essenciais entre as hipóteses em confronto

A Reclamação n. 43.007/DF, a que o pedido de extensão da empresa Novonor pretende se atrelar, foi ajuizada em 27.8.2020, por pessoa física que se insurgia contra barreira de acesso a evidências de interesse da sua defesa em processo criminal. Apenas isso. Falava-se em descaso para com outra decisão do STF que lhe assegurava o acesso pretendido e à Súmula Vinculante n. 14<sup>6</sup>. O pedido do reclamante Luiz Inácio Lula da Silva estava assim formulado:

No mérito, seja julgada totalmente procedente a presente Reclamação para o fim de:

(i) reconhecer a violação à autoridade da decisão proferida em 04/08/2020 por este Supremo Tribunal Federal no julgamento do AGRG nos ED no AGRG no AGRG da RCL n° 33.543 pelas decisões proferidas pelo E. Juízo da 13<sup>a</sup>. Vara

---

(Rcl 29137 ED, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 04/06/2018, PUBLIC 13-06-2018)".

<sup>6</sup> “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

Federal Criminal nos autos da ação penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR;

(ii) conceder à Defesa do Reclamante acesso aos autos de nº 5020175-34.2017.4.04.7000/PR, em que tramita o Acordo de Leniência firmado entre a Odebrecht S.A. e o Ministério Público Federal, nos termos e no alcance decidido por esta Suprema Corte, e impedindo que a análise dos documentos pertinentes para a Defesa seja realizada pelas partes que têm interesse no desfecho processual contrário ao do Reclamante;

(iii) declarar a nulidade de todos os atos praticados nos autos da ação penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR após a prolação das rr. decisões discutidas nesta reclamação. (fls. 13/15 da Reclamação n. 43.007/DF).

A petição foi distribuída à relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski. Em 16.11.2020, a reclamação foi julgada procedente, determinando-se ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Paraná a liberação do acesso pela defesa dos elementos de prova e demais dados constantes do Acordo de Leniência 5020175-34.2017.4.04.7000 que fizessem referência ao reclamante ou que lhe dissessem respeito, notadamente ao seu conteúdo e respectivos anexos; à troca de correspondência entre a “Força Tarefa da Lava Jato” e outros países que participaram, direta ou indiretamente, da avença, como, por exemplo, autoridades dos Estados Unidos da América e da Suíça; aos documentos e depoimentos relacionados aos sistemas da Odebrecht; às perícias da Odebrecht, da Polícia Federal, do MPF e realizadas por outros países que, de qualquer modo, participaram do ajuste; e aos valores pagos pela Odebrecht em razão do acordo, bem assim à alocação destes pelo MPF e por outros países, como também por outros órgãos, entidades e pessoas que nele tomaram parte.

O objeto da reclamação consistia, portanto, em conferir acesso ao reclamante de dados produzidos com relação a ele no âmbito de atos que pudessem interferir sobre a sua posição no processo criminal a que se sujeitava. A causa do pedido era a recusa do Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR em partilhá-los com a defesa do reclamante.

Compare-se esse objeto com o que pretende o Grupo Novonor a título de extensão e ficará nítido o descompasso inviabilizador do pleito. O Grupo quer tempo para analisar dados em outra operação, para verificar se foi compelido a celebrar o acordo de leniência que agora lhe parece viciado e excessivo.

Ainda que isso não seja essencial para o ponto que este recurso sustenta, não deixa de ser significativo que o peticionário não esteja arguindo que mentiu ao indicar casos de corrupção e de malfeitos de que participou. A prática de crimes foi efetivamente reconhecida pela empresa e por seus executivos, em confissões e com entrega de documentos comprobatórios.

O que o Grupo econômico pede, afinal, é que seja desobrigado de cumprir as obrigações financeiras a que se comprometeu quando, em troca de benefícios diversos, assinou o acordo de leniência com o Ministério Público Federal na primeira instância no Paraná. Essa liberação de ônus é pretendida pelo tempo que lhe parecer necessário para encontrar subsídios que lhe socorram o intuito de impugnar o pacto. Quer também autorização para propor a revisão do acordo.

Repare-se que, enquanto o pedido original na Reclamação 43.007 consistia na abertura de todos os dados relevantes para a Defesa do réu na ação penal que estava em curso na Vara da Justiça Federal de Curitiba, no caso deste pedido de extensão nem mesmo esse pleito faz sentido.

O acesso aos elementos da Operação Spoofing está assegurado à Novonor desde muito antes de ajuizada a peça em comento. Em 6.9.2023, o eminente Ministro relator emitiu decisão monocrática nos mesmos autos da Rcl. n. 43.007/DF; entre outras determinações, ordenou a intimação da Polícia Federal para que entregasse todos os dados referentes à Operação Spoofing, bem como solicitou que os representantes legais da Odebrecht se manifestassem nos autos do processo (e-Doc n. 1979)<sup>7</sup>. Em 11.9.2023, foi expedida a carta de intimação de número 2232/2023, identificada pelo código de rastreamento YJ578923633BR, endereçada à empresa Odebrecht, como parte do cumprimento da decisão anterior. Em seguida, em 14.9.2023, a Polícia Federal respondeu à determinação judicial através da Petição n. 102327/2023, enviando o Ofício nº 29/2023/CCINT/CGCINT/DIP/PF. O ofício foi acompanhado de mídia contendo os dados obtidos durante a Operação

---

7 Fl. 135 da decisão: Determino, ainda, que se conceda acesso à íntegra do material apreendido na “Operação Spoofing” a todos os investigados e réus processados com base em elementos de prova contaminados, em qualquer âmbito ou grau de jurisdição, assegurando-se, com o apoio dos Peritos da Polícia Federal, o acesso integral às mensagens contidas no bojo dos autos no 1055018-03.2023.4.01.3400, com a devida preservação do conteúdo dos documentos de caráter sigiloso

De igual modo, oficie-se o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba e ao Ministério Público Federal de Curitiba, pela derradeira vez, para que apresente, no prazo imprerível de 10 (dez) dias, o conteúdo integral de todos os documentos, anexos, apensos e expedientes relacionados ao Acordo de Leniência da Odebrecht, inclusive no que se refere a documentos recebidos do exterior, por vias oficiais ou não, bem como documentos, vídeos e áudios relacionados às tratativas - inclusive prévias com cronogramas - desde as primeiras reuniões e entabulações, bem como as colaborações premiadas vinculadas ao referido acordo de leniência, sob pena de incidência no crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

Intime-se os representantes legais da Odebrecht para também se manifestarem nos autos, se for de interesse.

Spoofting, conforme consta no e-Doc 2025 da Reclamação n. 43.007/DF. Por fim, no dia 4.10.2023, foi realizada a juntada do Aviso de Recebimento (AR) referente à carta de intimação 2232/2023, comprovando a entrega do documento à Odebrecht.

Desde, portanto, setembro do ano passado que o Grupo econômico dispõe do material a que agora pede acesso, acrescentando requerimento de suspensão das obrigações que assumiu, enquanto busca fundamento para se indispor com o acordo de leniência.

Bem se vê que partes, fundamentos fáticos e pedidos são visivelmente distintos quando se contrasta a petição que deu origem à Reclamação 43.007 com o pedido de extensão sob exame. É quanto basta para que se aplique aqui o magistério jurisprudencial de que, não havendo adstringência estrita entre caso paradigma e pedido de extensão, este último é descabido e deve ser indeferido.

O fato de em outras deliberações em pedidos formulados a partir da Rcl 43.007 eventualmente não se ter atentado para essa exigência de simetria essencial não justifica que se deixe de ater, neste caso, ao pressuposto bem assentado na jurisprudência. Não cabe ver direito de *estender decisão de extensão* que acaso tenha escapado ao rigor dessa ortodoxia, máxime quando essas decisões ainda não tenham sido ratificadas pelo Colegiado e estejam na pendência de recurso.

Sobre a precipitação do pedido da empresa: incompetência originária do STF para dispor sobre acordo celebrado na 1º Instância

A consideração dos fatos narrados pelo Grupo econômico e do pedido formulado, além de expor a falta de adstringência que impede o conhecimento da reclamação, também revela postulação que não se insere no âmbito da competência do Supremo Tribunal neste instante.

O acordo de leniência em torno do qual gira todo o pedido da Novonor não foi celebrado pela Procurador-Geral da República, nem foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal. O acordo foi pactuado pela Odebrecht e pelo Ministério Público Federal em Curitiba, no primeiro grau de jurisdição. Foi apresentado à homologação do Juízo de primeira instância correspondente.

Todo questionamento sobre a validade ou sobre a eficácia que o Grupo econômico entenda de opor ao acordo deve ser dirigido, portanto, ao ofício do Ministério Público Federal responsável pelo acordo ou ao juízo de primeira instância, mediante ação própria. Suscitar objeções ao acordo perante o Supremo Tribunal Federal importa manifesta supressão de instância, em detrimento da escala de competências constitucionais e do devido processo legal. É ocioso mencionar que quem celebrou o acordo estará em melhores condições para defender o ato ou reconhecer argumentos que conduzam ao um eventual aperfeiçoamento.

É interessante registrar que o STF já atalhou, em outra oportunidade, manobra que resultava nessa consequência imprópria. Na Rcl 46.630, o Tribunal,

depois de reiterar a lição de que se “*exige que haja aderência estrita entre a decisão reclamada e o aresto ou súmula tidos por desrespeitados*”, assentou:

Não se pode admitir a utilização da reclamação como sucedâneo recursal, sendo necessário, assim, o exaurimento dos recursos cabíveis nas instâncias ordinárias, sob risco de a questão ser submetida a juízo *per saltum*, com inadmissível supressão das instâncias recursais competentes<sup>8</sup>.

O acordo de leniência, um negócio jurídico, foi celebrado entre titular de ofício em Curitiba e o Grupo econômico. A pretensão de impugná-lo em juízo deve ocorrer perante o juízo próprio, o da primeira instância, para que o ofício responsável pelo acordo possa apresentar razões pertinentes e propiciar o desenrolar do devido processo legal. Trazer a questão ao STF desde logo é prematuro e descabido. Por mais essa razão, o pedido de extensão não deve prosperar.

Por esses mesmos motivos relacionados com competência para atuar em acordos celebrados por Procuradores de primeira instância, não há tampouco como autorizar que a requerente promova, perante a Procurador-Geral da República, “a reavaliação dos termos dos Acordos de Leniência entabulados, possibilitando-se a correção das ilicitudes e dos abusos identificado”. Eventuais solicitações de reavaliação dos termos dos acordos celebrados pelo Ministério Público Federal na primeira instância em Curitiba devem ser livremente avaliadas pelo respectivo ofício.

---

<sup>8</sup> RECLAMAÇÃO n. 46.630 AgR, rel. o Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 18.5.2021.

Sobre a necessidade de se adimplir o acordo sem suspensão de pagamento de parcelas

O agravante tem por certo que os argumentos até aqui apresentados serão suficientes para que o pedido de extensão nem mesmo venha a ser conhecido, revogando-se as medidas concedidas no ato agravado.

Ainda que assim não seja, porém, os pedidos da Novonor não devem ser atendidos nos termos como formulados.

A empresa alega que está em dificuldades financeiras por diversas razões, aí incluindo a própria investigação criminal que houve na primeira instância. Alega que foi pressionada a celebrar o acordo com o MPF, que teria agido por subterfúgios, os quais não parece saber bem quais são, mas que pretende descobrir com o acesso – que já possui desde setembro último – ao inteiro teor dos dados da Operação Spoofing.

Os argumentos são decerto precários para conseguir a sustação do pagamento das parcelas a que a empresa se obrigou.

A presunção de que goza todo o negócio jurídico é o da sua validade. Uma vez concluído, gera a obrigação do seu cumprimento. A expressão em latim *pacta sunt servanda* atesta a ancianidade desse efeito dos negócios jurídicos. A se desprezar essa máxima, sem que se demonstre razão jurídica suficiente, o Direito terá frustrado o seu propósito de produzir segurança jurídica. No caso, a presunção de validade do acordo de leniência em causa não

se estremece com as razões do peticionário, daí não se dever tomar medida que importe a desfiguração do pacto, como a suspensão da obrigação pecuniária da Novonor.

É certo que acordos podem ser impugnados. Mas o êxito dessas contestações está sujeito à conformidade com regras de Direito – inclusive de prescrição. Os defeitos dos atos jurídicos que podem anulá-los são aqueles que a legislação declina. A petição da empresa, na espécie, não permite ver realidade plausível de qualquer dessas causas de invalidade, não havendo por que venha a ser autorizada a deixar de cumprir as obrigações assumidas no pacto que assinou.

O instituto do acordo de leniência tem por objetivo incentivar o particular a colaborar com o Estado, expondo, com provas, práticas ilícitas cometidas pelo partícipe do acordo e por outros, pagando indenizações e multas. O próprio ofensor segue assim estratégia de reduzir danos eventualmente maiores. Para o Poder Público, a vantagem está em suavizar a assimetria de informações existente entre o Estado e quem pratica a conduta reprovada. Ao particular, cabem os benefícios que lhe forem apresentados.

Observe-se que se trata de um negócio jurídico. O Poder Público não impõe que se aceitem as cláusulas que oferece de vantagens e de obrigações específicas. É típico desse acordo que se respeite a avaliação do próprio particular sobre se as condições propostas lhe são, afinal, proveitosas. É óbvio que o particular estará sempre numa posição de pressão. Seria ingênuo supor que alguma grande empresa se apresentaria ao Ministério Público Federal para

fechar um acordo de leniência se não percebesse a probabilidade de sofrer danos intensos aos seus interesses se optasse por não colaborar. A empresa sabe dos ilícitos que ela e os seus dirigentes cometeram e sabe das medidas sancionatórias a que tanto a empresa como os seus dirigentes estão sujeitos. Para amenizar esses danos, abre-se-lhes a possibilidade do acordo. O acordo, por sua vez, deve prever medidas sérias e custosas para o particular, sob pena de se transformar a leniência em artimanha para a impunidade.

O acordo, como negócio jurídico, admite discussão dos seus termos e sempre é possível que as partes não cheguem ao consenso necessário. A liberdade de negociar é elemento do ato.

Decerto que a liberdade de negociar pode-se ver, em casos específicos e extremos, anulada, quando os outrora chamados *vício da vontade*, como o erro ou a coação, suprimem a vontade real do agente. Mas essas são hipóteses extremas e estes autos não estampam nenhum elemento para acreditar que se hajam reproduzidas na espécie — pelo menos, não a ponto de justificar a suspensão imediata das obrigações financeiras da empresa.

As ameaças de prisões e outras medidas judiciais por parte de autoridade de primeira instância, estimadas como injustas e impróprias, não se credenciam para caracterizar a coação moral irresistível que viciaria o negócio da leniência. Basta ver que, como o Grupo empresarial relata, a empresa era das mais bem sucedidas de todo o país. Sabe-se do alto grau de requinte das operações administrativas que o Grupo realizava. É de todo implausível supor que a empresa e seus executivos não houvessem recebido o

melhor aconselhamento profissional que poderiam obter. Se viam ameaças de medidas constritivas injustas, certamente que ouviriam das bancas de renomeados advogados as perspectivas de superação e correção de que a ordem jurídica dispõe. Afinal, em nenhum momento a petição sugere que, além da força tarefa em primeiro grau, todo o Judiciário e todo o Ministério Público estivessem comprometidos com atos inadequados.

Os valores acordados tampouco podem ser vistos como excessivos, se com eles a própria empresa anuiu. Novamente, a presunção aqui é a de que a aceitação foi precedida de estudos sobre a sua justeza e sobre a força econômica da empresa para suportá-los. Uma empresa do porte da que celebrou o acordo, e que sabia das dificuldades advindas dos danos à imagem resultantes dos atos que praticou já estavam em pleno curso, certamente que terá ponderado todas as eventualidades previsíveis, bem como o aspecto de álea que todo o empreendimento econômico supõe a longo prazo. Essa é a presunção que a realidade impõe.

Não cabe agora, anos depois de celebrado o acordo, em plena vigência dos benefícios acordados à empresa e aos seus executivos, o Grupo econômico vir alegar – com a agravante de não apresentar sequer prova imediata e cabal em favor da arguição – que calculou mal os custos do ajuste, pleiteando a suspensão indefinida dos próximos pagamentos. Esse não é motivo jurídico para anular o negócio jurídico e afronta a proibição de "*venire contra factum proprium*".

De seu lado, os trechos de dados da operação Spoofing referidos nos autos, se mostram comportamentos censuráveis de agentes públicos, não revelam prática de nenhum ato que componha o conceito de coação moral irresistível, como pretende a petição, máxime se tendo em conta que a empresa e os seus executivos sempre puderam dispor da melhor assessoria jurídica, administrativa, contábil e de relações públicas. Recorde-se, ainda, que o agir impróprio do agente público apresenta consequências diversas no plano penal e no cível.

Enfim, mesmo que sejam superadas as barreiras para a admissibilidade da petição de extensão, não há nos autos elemento bastante para retratar, com plausibilidade mínima, um quadro de celebração de acordo de leniência sob violência anuladora da vontade livre da parte. Vontade livre não é aquela isenta de pressões, mas a que se pode formar com a consciência de riscos e vantagens. Nada na petição justifica que se tenha como evidenciado o cancelamento dessa vontade, a ponto de justificar a suspensão das obrigações assumidas pela Novonor.

Cabe à empresa, antes, diligenciar o exame dos documentos que recebeu em setembro de 2023, com vistas a dele extrair o que juridicamente possa embasar a sua pretensão de se livrar das condições com que concordou anteriormente. Enfatize-se que não obstante tanto tempo de contato com os dados que a empresa acredita serem decisivos para a sua pretensão, não logrou apresentar nenhum que seja juridicamente suficiente para ao menos abalar a presunção de validade do negócio jurídico que firmou.

Pedido

Revelado o descabimento do pedido de extensão formulado, quer sob o ponto de vista formal, quer do ponto de vista do seu conteúdo, o Ministério Público Federal espera que o eminente relator exerça juízo de retratação, com o efeito de reconsiderar a decisão monocrática de 1º de fevereiro deste ano (fls. 438/501), não conhecendo do pedido de extensão. Na eventualidade de o Ministro Relator manter a decisão agravada, pede-se o provimento do presente agravo pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, para que seja reformada a decisão monocrática, afastando-se o cabimento do pedido de extensão.

Brasília, 15 de fevereiro de 2024.

Paulo Gonet Branco  
Procurador-Geral da República